

## AS AMEAÇAS À PRODUÇÃO FAMILIAR DE ALIMENTOS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

**MITALI DAIAN ALVES MACIEL**

UNIPAMPA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.

**ALESSANDRA TROIAN**

UNIPAMPA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.

### **Introdução**

A produção de comida de verdade tem origem e identidade, traz no seu percurso uma ligação com a história sociocultural de um território e de um povo, reflete os modos de vida das pessoas e a biodiversidade local, sendo produzida por quem sabe o valor da terra e do alimento. À vista disso, agricultores familiares agroecológicos, apresentam-se como instrumento para reverter o sistema agroalimentar para modelos de produção de bases sustentáveis, caracterizando-se como resistentes e resilientes ao fornecer à sociedade alimentos saudáveis, diversificados e nutritivos.

### **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Enquanto o agronegócio comemora os resultados surpreendentes de aumento da produtividade na produção de grãos nas últimas décadas e conquista a marca de maior produtor e exportador de soja mundialmente, os números da fome e insegurança alimentar crescem substancialmente. Soma-se a isso, a predominância de um padrão alimentar determinado e dominado pela indústria agroalimentar (MALUF, 2020). Frente à problemática, a presente pesquisa visa analisar as ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos perante a expansão do monocultivo da soja em Santana do Livramento/RS.

### **Fundamentação Teórica**

Os sistemas alimentares consistem em todos os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, empresas, organizações públicas e privadas) e atividades relacionados à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos e aos resultados dessas atividades (RASTOIN; GHERSI, 2010). A evolução dos sistemas alimentares trouxe aumentos sem precedentes da produção e da riqueza, mas emergiram preocupações relativas às externalidades, suscitando questões sobre a sustentabilidade do modelo atual de agricultura (SABOURIN et al., 2022).

### **Metodologia**

Metodologicamente, a pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter exploratório e descritivo e método de estudo de caso. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: entrevistas semiestruturadas e observação não participante. Realizou-se 14 entrevistas, nove com agricultores familiares agroecológicos e cinco com agentes de desenvolvimento. Enquanto técnica de análise, empregou-se a análise de conteúdo e as percepções anotadas e descritas no diário de campo.

### **Análise dos Resultados**

Verificou-se que as principais ameaças vivenciadas pelos agricultores familiares agroecológicos são: o preconceito à mulher; a escassez de mão de obra qualificada; a falta de reconhecimento dos consumidores; a proximidade com os monocultivos que utilizam agrotóxicos; a precária situação das estradas rurais; a carência de incentivos públicos; e a baixa valorização em relação à produção de alimentos no sistema de produção agroecológico.

### **Conclusão**

Ainda que a agricultura familiar agroecológica de Santana do Livramento contribua para a produção e abastecimento de alimentos saudáveis e sustentáveis, bem como para a manutenção da biodiversidade e qualidade de vida da população local, há significativos obstáculos vivenciados. Os entraves elencados evidenciam a urgência de reflexões e ações em prol do tipo de alimento que se deseja consumir e do modelo de produção a fomentar e valorizar, em defesa de um sistema agroalimentar mais justo, responsável e sustentável.

### **Referências Bibliográficas**

MALUF, R. Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 27, p. 1-5, 2020. RASTOIN, J-L.; GHERSI, G. Le système alimentaire mondial. Concepts et méthodes, analyses et dynamiques. [S.l.]: Quae, 2010, p. 565. SABOURIN, E. Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil. In: GRISA, C. et al. *Sistemas alimentares e territórios no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

### **Palavras Chave**

Agricultura familiar, Sustentabilidade, Agroecologia

### **Agradecimento a órgão de fomento**

Ao Programa de Auxílio da Pós-Graduação da Universidade Federal do Pampa (PAPG-UNIPAMPA).

# AS AMEAÇAS À PRODUÇÃO FAMILIAR DE ALIMENTOS: ANÁLISE DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

## INTRODUÇÃO

Comer é um ato político, mas somente para quem consegue realizar escolhas. Todos os cidadãos deveriam poder exercer o direito da escolha e possuir, de forma acessível, uma diversidade de alimentos para a mais básica e visceral ação diária, que é se alimentar (DOWBOR, 2022). A escolha nem sempre existe, tendo em vista a crônica desigualdade socioeconômica brasileira, manifestando-se em um direito negado à população mais pobre, que vive em um contexto de insegurança alimentar e fome.

Os dados do segundo inquérito nacional sobre insegurança alimentar, no contexto da pandemia da COVID- 19 no Brasil retratam que mais da metade da população se encontra em situação de insegurança alimentar em algum grau, isto é, 125,2 milhões (cerca de 58,7%) não têm acesso pleno e permanente aos alimentos. Ainda, 33,1 milhões de brasileiros passam fome (15,5% da população<sup>1</sup>) (REDE PENSSAN, 2022).

Enquanto parte significativa da população brasileira passa fome, a produção agrícola marca a casa de toneladas. A safra brasileira de grãos no ciclo 2021/2022 é considerada uma supersafra, com volume recorde estimado de 272,5 milhões de toneladas. As *commodities* agrícolas, especialmente os cultivos de milho, sorgo e soja alavancam a produção (CONAB, 2022; MACIEL; TROIAN; VASCONCELOS, 2022). O setor agrícola brasileiro produz comida suficiente para alimentar 800 milhões de pessoas por ano. No entanto, enquanto o agronegócio comemora os resultados surpreendentes de aumento da produtividade na produção de grãos nas últimas décadas e conquista a marca de maior produtor e exportador de soja mundialmente (EMBRAPA, 2021a; 2021b), os números da fome e insegurança alimentar crescem substancialmente.

Com efeito, considera-se que a segurança alimentar não se restringe ao acesso aos alimentos, mas é “constituída da equidade no uso dos territórios e na definição de modelos de produção que possam assegurar a justiça social e o bem-estar da população” (CORRÊA et al., 2019, p. 1071). Em oposição, parte expressiva das atividades do sistema agroalimentar brasileiro negligencia as problemáticas impostas pela expansão do capital agroindustrial. O modelo hegemônico de produção de alimentos, vigente desde a Revolução Verde, proporcionou a expansão de monocultivos, a mecanização da produção, a incorporação intensiva de insumos químicos, através da adoção de pacotes tecnológicos, produção em larga escala, principalmente de *commodities* agrícolas, destinada usualmente à exportação, visando à acumulação financeira (DAL SOGLIO, 2016; CORRÊA et al., 2019).

O cenário brasileiro vive uma contradição: o país é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, mas o sistema alimentar dominante endossa e produz desigualdades (MALUF, 2020). Além dos desmantelamentos das políticas públicas para a promoção da segurança alimentar, o agronegócio exportador de *commodities* agrícolas ao ser incorporado ao negócio global, concentra o acesso à terra, resultando em impactos ambientais, econômicos e sociais. Soma-se a isso, a predominância de um padrão alimentar determinado e dominado pela indústria agroalimentar. O modelo convencional de agricultura não tem como propósito contribuir para a alimentação humana, tão pouco prevê a valorização de aspectos culturais e sociais do espaço, mas sim promover e assegurar ganhos financeiros nas operações de troca de produtos agrícolas ao decorrer de suas cadeias produtivas (DAL SOGLIO, 2016).

Em meio às grandes propriedades produtoras de *commodities* agrícolas, tem-se a agricultura familiar produzindo alimentos que abastecem o mercado interno, mesmo em um cenário desfavorável, com reduzidas áreas para cultivo, sem apoio de políticas públicas e incentivo para a produção (AQUINO; SCHNEIDER, 2021). Dados indicam que cerca de 70%

dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos pela agricultura familiar, entretanto utilizam apenas 23% da área total ocupada por todos os estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2019).

De maneira específica, agricultores familiares agroecológicos, apresentam-se como instrumento para reverter o sistema agroalimentar para modelos de produção de bases sustentáveis, caracterizando-se como resistentes e resilientes ao fornecer à sociedade alimentos saudáveis, diversificados e nutritivos (MACIEL, 2022). Os agricultores familiares têm o potencial de resgatar formas de produzir mais sustentáveis por meio da produção agroecológica (WEBER; SILVA, 2021).

A agroecologia tem passado por diversas reflexões quanto a sua definição e tem sido aceita como um espaço que abrange ciência, movimento e prática. Com a produção agroecológica de alimentos objetiva-se a conservação dos recursos naturais, oferta permanente de alimentos nutritivos, permanência das famílias no campo, a valorização dos saberes locais e a independência dos agricultores na comercialização. Assim, a produção agroecológica se caracteriza por ser ecologicamente equilibrada, socialmente justa e inclusiva e uma via que coaduna a agricultura familiar e a sustentabilidade (ALTIERI, 2011).

Frente à problemática, a presente pesquisa visa analisar as ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos perante a expansão do monocultivo da soja em Santana do Livramento/RS<sup>2</sup>. No município são evidentes a dinâmica e as características elencadas em nível nacional. Ou seja, há produtores de soja celebrando a safra recorde, junto ao elevado valor do dólar, enquanto que uma parcela significativa da população não tem emprego ou possui trabalho informal, precário e vulnerável (MACIEL; TROIAN; VASCONCELOS, 2022). O município se localiza numa região com predomínio de grandes propriedades, com a presença da pecuária extensiva e dos monocultivos de arroz e soja, sendo conhecido pelas grandes extensões fundiárias.

## **A PRODUÇÃO FAMILIAR AGROECOLÓGICA**

A história da agricultura e da produção de alimentos ao longo do século XX se tornou um modelo imitado da Revolução Verde e da implantação da agricultura industrial. O sistema agroindustrial de produção de alimentos, que permitiu aumentar a oferta de matérias-primas alimentares, tem falhas, é ineficiente e contraditório, em especial, porque o aumento da produção é insuficiente e não oferece a população segurança alimentar e nutricional (PREISS; SCHNEIDER, 2020).

Os sistemas alimentares consistem em todos os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, empresas, organizações públicas e privadas) e atividades relacionados à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos e aos resultados dessas atividades (RASTOIN; GHERSI, 2010). A evolução dos sistemas alimentares trouxe aumentos sem precedentes da produção e da riqueza, mas emergiram preocupações relativas às externalidades, suscitando questões sobre a sustentabilidade do modelo atual de agricultura (SABOURIN et al., 2022).

Um agravante do modelo alimentar se relaciona à qualidade dos alimentos, os quais são cada vez mais nocivos à saúde humana, seja pelo uso abusivo de agrotóxicos, pelo excesso de aditivos químicos para sua conservação e/ou pela perda da carga nutricional (BARCELLOS, 2020). Ainda, a pandemia da COVID-19 evidenciou, de forma inconteste, a vulnerabilidade do sistema alimentar global, centralizado e dependente de longas cadeias de produção-consumo e colocou em foco as vantagens dos sistemas alimentares locais, ancorados em canais curtos de comercialização, desenvolvidos a partir de recursos locais (GRISA et al., 2022).

Em uma perspectiva incluyente, prudente e aceitável, os sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis “promovem os resultados globais da saúde humana, ecológica, igualdade social e prosperidade econômica. Além de possuírem baixo impacto ambiental, apoiam a biodiversidade, contribuem para a segurança alimentar e nutricional e apoiam as culturas e tradições alimentares locais” (SWINBURN et al., 2019, p. 6). Blay-Palmer et al. (2020) definem sistemas alimentares sustentáveis a partir da interface entre as dimensões ambiental, social e econômica. Na dimensão ambiental os sistemas alimentares sustentáveis incorporaram métodos de produção ecológicos que reconhecem a importância da agroecologia, biodiversidade e recursos renováveis; protejam a qualidade do solo, água e outros recursos; e trabalhem em direção a sistemas alimentares de ciclo fechado regenerativo. Na dimensão social, inclui-se o direito à alimentação e garantem segurança alimentar e nutricional, democracia alimentar, práticas de trabalho justas, equidade de gênero, conectividade social, autodeterminação cultural e direitos aos recursos naturais, como por exemplo, o acesso à terra. Na dimensão econômica os sistemas alimentares precisam ser equitativos, fortalecendo circuitos curtos, redes alimentares alternativas, cooperativas, comunidades que sustentam a agricultura, e outras redes colaborativas. Ademais, destaca-se que, mecanismos de governança inclusivos, transparentes, participativos e democráticos.

A sustentabilidade na agricultura, conforme Altieri (2011) representa um avanço da chamada agricultura alternativa, surgindo como reação à agricultura convencional, em oposição ao cultivo baseado na utilização de agentes químicos sintéticos e/ou geneticamente modificados. Assim, a agricultura sustentável propõe estilos de bases ecológicas, que atendam os requisitos da solidariedade entre as pessoas e com o meio ambiente (HECHT, 2011). Com efeito, na busca por diminuir a artificialização do ambiente natural, através da agricultura, tem-se difundido as correntes da agricultura alternativa, dentre elas, a produção agroecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a). Para Weber e Silva (2021), como medida para potencializar as ações da agricultura familiar em prol da sustentabilidade tem-se a agroecologia. Ela abarca aspectos sociais e culturais por se consistir em uma alternativa para a construção de um novo paradigma para a agricultura, focado em ampliar as condições de acesso a alimentos saudáveis por meio de produção ecologicamente equilibrada, socialmente justa e inclusiva (CAPORAL; COSTABEBER, 2004b). A agroecologia é, cada vez mais, associada à busca pela soberania e segurança alimentar e nutricional dos territórios. Devido à contribuição à adaptação da produção agrícola às mudanças climáticas, à sustentabilidade social e ao bem-estar das populações locais (SABOURIN et al., 2022).

No entanto, mesmo que a produção agroecológica de alimentos não tenha como premissa única a produção no contexto da agricultura familiar, esse espaço se constitui como o locus ideal para o seu desenvolvimento tendo em vista que é nesse espaço que tanto as bases econômicas, ambientais, sociais e culturais podem ser desenvolvidas, fortalecidas e respeitadas (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001). Importa destacar que, de acordo com Schneider (2009), os agricultores familiares se constituem como unidades formadas por grupos domésticos, os quais exercem suas atividades sob regime de economia familiar, unidos por laços consanguíneos e parentais. Tipifica-se a agricultura familiar como um conjunto familiar que desempenha o trabalho produtivo e concomitantemente são proprietários dos meios de produção, apresentando, assim, uma significativa diversidade e heterogeneidade nas formas sociais de organização socioprodutiva (WANDERLEY, 2015).

Reconhece-se, pela própria diversidade e heterogeneidade da categoria social que fazer parte da agricultura familiar não significa por si só ser produtor de alimentos sustentáveis (SCHNEIDER; CASSOL, 2014). Admite-se que boa parte da agricultura familiar, em especial aquela integrada aos mercados de *commodities* e com acesso ao crédito, desenvolve atividades em bases não sustentáveis. Porém, acredita-se que as habilidades em adaptação aos diferentes cenários e mercados (WANDERLEY, 2015) fazem com que a agricultura familiar

seja percebida como modelo alternativo ao padrão agroalimentar dominante, sendo aquela com maior capacidade de produzir de forma sustentável (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010; CORRÊA et al., 2019).

A produção de alimentos oriundos da agricultura familiar tem a característica de promover a segurança alimentar das famílias em sua reprodução social, fornecendo alimentos suficientes para sanar os problemas de iniquidade alimentar, a partir do acesso permanente a alimentos nutritivos e em quantidade considerável para satisfazer as necessidades nutricionais das famílias dos agricultores e dos consumidores (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010). Os agricultores imersos na produção agroecológica desenvolvem suas práticas de acordo com as possibilidades que lhe são apresentadas, dos saberes que dispõem e dos entraves que vivenciam. Convivem problemas de infraestrutura básica, que prejudicam a manutenção da produção. Entretanto, persistem na atividade, na produção sustentável, porque acreditam na agroecologia como uma forma de transformar suas realidades e o ambiente em que estão inseridos (FERNANDES; MORALES; LOURENZANI, 2021).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo possui abordagem qualitativa, caráter exploratório e descritivo. A pesquisa se fundamentou no método de estudo de caso, o qual busca a compreensão de um caso em particular, um objeto específico e individual, realizando-se a descrição profunda de um fenômeno (YIN, 2010). A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas e observação não participante. Os primeiros entrevistados foram localizados através de indicações e os demais foram selecionados pela técnica da bola de neve. Para a seleção dos participantes, o pesquisador utiliza os respondentes iniciais, como informantes-chave, para identificar e indicar outros participantes com o perfil do estudo. Por conseguinte, o primeiro participante da pesquisa, a pedido do pesquisador, indica o(s) próximo(s) participante(s) (VINUTO, 2014).

As entrevistas foram realizadas mediante a utilização de um roteiro semiestruturado, elaborado previamente. As entrevistas ocorreram, presencialmente<sup>3</sup>, entre outubro de 2021 e janeiro de 2022. Foram efetuadas 14 entrevistas, nove com agricultores familiares agroecológicos e cinco entrevistas com agentes de desenvolvimento, os quais atuam nas instituições: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Associação Santanense de Produtores de Hortifrutigranjeiros (ASPH); Secretaria de Agricultura de Santana do Livramento e um técnico especialista em oliveiras. A delimitação do número de entrevistas realizadas ocorreu pelo critério de saturação, quando os dados apresentaram sinais de exaustão, ou seja, repetição.

A observação não participante foi realizada nas unidades de produção familiares e no local de comercialização de duas agricultoras, visando observar suas práticas diárias, seu ambiente produtivo e os meios de reprodução. Os registros das observações foram descritos em um diário de campo. Desse modo, as anotações auxiliam o pesquisador a melhor descrever o ambiente econômico, social, cultural e ambiental vivenciado pelos participantes do estudo (FLICK, 2009).

Para o tratamento dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), gerando categorias, a partir de padrões que emergiram de conteúdos similares entre as entrevistas e observações. O conteúdo dos dados coletados foi agrupado em categorias, sem prévia determinação. Com a finalidade de preservar a identidade dos participantes do estudo foram usados nomes de acordo com a ordem de realização das entrevistas. Cabe mencionar que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pampa sob o número de registro CAAE 50839221.2.0000.5323.

Figura 1 - Localização do município de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Maciel (2022, p. 85).

O município é o segundo maior em extensão territorial do estado gaúcho, encontra-se na região da Campanha, com predomínio de grandes propriedades rurais e monocultivos. Em Santana do Livramento foram identificados 2.962 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 673.164 hectares. Desse total, 1.746 estabelecimentos (58%) se enquadram na dinâmica da agricultura familiar, os quais utilizam uma área de apenas 56.494 hectares, ou seja, menos de 9% da terra (IBGE, 2019). O cenário indica um processo de concentração de terra, desigualdade agrária e predomínio da produção agrícola em escala industrial, resultando em problemas de ordem ambiental, econômica e social, além da perda de biodiversidade local decorrente das transformações na utilização dos solos, principalmente, referente à homogeneização e padronização dos sistemas de produção (MACIEL, 2022).

## **AGRICULTURA FAMILIAR PRODUTORA DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS: DILEMAS ECONÔMICOS, SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS**

Entre os(as) agricultores(as) familiares agroecológicos(as), as principais características são: a predominância do sexo feminino, idade entre 30 e 72 anos, preponderância de formação em nível superior, naturalidade santanense e a maioria dos núcleos familiares, composto por dois integrantes. A maior parte das unidades de produção familiares se localiza na zona rural do município, com área de plantio variando entre um e 33 hectares. A comercialização direta, através de cadeias curtas, é a forma de reprodução socioeconômica da categoria social. Dessa forma, realizam a comercialização por meio de feiras, aplicativos de mensagem, redes sociais e plataformas digitais, bem como efetuam a entrega dos alimentos a domicílio. Ainda, destaca-se que dois agricultores possuem a certificação social através de Organização de Controle Social (OCS), que os certifica como produtores orgânicos. O quadro a seguir sintetiza os principais alimentos produzidos e o respectivo tempo de produção das unidades familiares.

Quadro 1 - Principais alimentos produzidos pela agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento/RS

Entrevistado(a)	Principais alimentos produzidos	Tempo de produção
Entrevistada 1 agricultora familiar	Milho, mandioca, batata doce, abobrinha, abóbora cabotiá	15 anos
Entrevistado 2 agricultor familiar	Alface, couve, rúcula, espinafre, mandioca, batata doce, salsa, cebolinha, ovos	5 anos
Entrevistada 3 agricultora familiar	Couve, alface, cenoura, salsa, cebolinha, batata doce, mandioca, feijão, mel, queijo, ovos	30 anos
Entrevistada 4 agricultora familiar	Acelga, alface, couve, rúcula, beterraba, alho poró, tomate, cebola, brócolis, cenoura, pimentão, salsa, cebolinha, plantas alimentícias não convencionais	1 ano e 6 meses
Entrevistado 5 agricultor familiar	Alface, couve, acelga, beterraba, salsa, cebolinha, pêssego, laranja	7 anos
Entrevistado 6 agricultor familiar	Mandioca, feijão miúdo, frutas cítricas diversificadas como laranja, limão, tangerina, pêssego	23 anos
Entrevistada 7 agricultora familiar	Tubérculos em geral como mandioca, batata doce, beterraba, cenoura, frutas, hortaliças, legumes e verduras diversificadas conforme a estação do ano	5 anos
Entrevistada 8 agricultora familiar	Abóbora, rúcula, repolho, couve, alface, salsa, cebolinha, berinjela, espinafre, tomate cereja, ovos, morango, pêssego	10 anos
Entrevistada 9 agricultora familiar	Pepino, alface, pimentão, tomate, rúcula, uva, maçã, pêssego, laranja	12 anos

Fonte: Elaboração própria (2022).

A agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento apresenta variedade e diversidade, produz respeitando a sazonalidade o que permite o consumo de alimentos variados ao longo das estações do ano. Os alimentos mais citados foram: couve, alface, rúcula, tempero verde, mandioca, batata doce, beterraba e feijão. Além das frutas como morango e laranja. Os alimentos são destinados para fins comerciais, no entanto os mesmos alimentos são consumidos pelas famílias, garantindo a segurança alimentar e a subsistência de quem produz e consome. A fala do agricultor sinaliza esse aspecto: “[...] a gente consome o mínimo em termos do que a gente vende, mas tudo que é produzido se consome diariamente” (Entrevistado 2, agricultor familiar).

Os alimentos da estação ou também chamados de sazonais, são alimentos cultivados e colhidos naturalmente na época do ano mais propícia para a sua produção, conforme as necessidades de clima, condições de solo e luz solar (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). Os alimentos são colhidos no tempo certo, o que proporciona mais sabor e maior concentração de nutrientes, além de não necessitar de agrotóxicos e estimulantes para a produção. Além disso, quando se consome o alimento da estação, está-se ingerindo o alimento em todo o seu potencial, isto é, todas as vitaminas e minerais que fazem parte do alimento estão presentes em sua totalidade (AMARAL et al., 2021).

Em relação às ameaças a produção familiar de alimentos agroecológicos em Santana do Livramento, as análises dos discursos e observações, possibilitaram a criação de sete categorias analíticas, a saber: a) preconceito à mulher; b) escassez de mão de obra qualificada; c) falta de reconhecimento dos consumidores; d) proximidade com os monocultivos que utilizam agrotóxicos; e) precária situação das estradas rurais; f) carência de incentivos públicos; e g) baixa valorização em relação à produção de alimentos no sistema de produção agroecológico.

A categoria **preconceito à mulher** é destacada nos discursos de cinco dos nove entrevistados. De forma frequente, os relatos das agricultoras fazem alusão ao machismo estrutural no meio rural, concebendo a mulher como alguém incapaz de exercer atividades,

predominantemente masculinas. Ainda, destacaram que historicamente, construiu-se o estereótipo de que as mulheres se restringem às atividades do lar e isso se reflete nas adversidades vivenciadas, por trabalhar no meio rural, produzir no sistema agroecológico e gerenciar a unidade de produção, como pontua:

Quando eu consigo um ajudante, ensino como é a lida no sistema, a capina, eu tento ensinar, mas tem o preconceito que o homem tem da mulher. Eles não gostam de ser mandados por mulher, eles gostam de ser mandado por homem. É difícil! Porque acabam não fazendo como eu ensinei, não sendo produtivos, por isso que há anos eu trabalho sozinha (Entrevistada 9, agricultora familiar).

Conforme Pessôa (2021), o machismo sistêmico e o patriarcado são realidades no meio rural, por conta disso, os procedimentos que estimulam a agroecologia devem levar em consideração a complexidade do tema, haja vista o protagonismo feminino nos processos produtivos. Por outro lado, Breitenbach e Corazza (2020), refletem que é notória a transformação no meio rural, uma vez que o patriarcado nas áreas rurais brasileiras está reduzindo. Ainda, a superioridade masculina no meio rural não é mais absoluta e vem sendo questionada pelas organizações e pelas próprias mulheres do campo. Embora o cenário ainda não seja ideal, está em transformação positiva.

A categoria **ausência mão de obra qualificada** é representada por quatro dos nove entrevistados, sendo um dos fatores mais evidenciado como entraves para o desenvolvimento da produção no sistema agroecológico. Nesse sentido, a ausência de mão de obra é retratada nos discursos relacionada à falta de pessoas capacitadas e interessadas em trabalhar no sistema agroecológico de produção. Fortemente relacionada à cultura da ‘changa<sup>4</sup>’ presente no município, isto é, o trabalho temporário e a falta de capacitação de mão de obra relacionada à questão cultural e associada à relação produtiva, conforme destaca: “[...] a questão cultural é muito forte aqui, a cultura da ‘changa’, tem muito em Livramento, trabalho temporário, trabalhar por um, dois, três dias, ganhar um dinheiro e se sumir” (Entrevistada 7, agricultora familiar).

De acordo Schneider e Fialho (2000), a pobreza estrutural localizada na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, em áreas de concentração fundiária, junto à atividade das charqueadas de carne, como é a característica da região do município de Santana do Livramento, dispôs como determinante econômico-estrutural a tradição da pecuária extensiva (HEYDT; HOFF; TROIAN, 2019). Os autores evidenciam que as relações de trabalho vigentes na pecuária extensiva da região sul do estado, nem sempre foram mediadas pelo assalariamento ou pelos contratos formais de trabalho. Ao contrário, as relações de trabalho existentes nessa atividade foram fortemente marcadas pela informalidade e a contratação de força de trabalho temporária (SCHNEIDER; FIALHO, 2000). Nesse entendimento, torna-se possível afirmar que a carência de mão de obra na agricultura e a tendência à informalidade são reflexos dos traços culturais historicamente constituídos na região.

Adicionalmente, o agente de desenvolvimento, técnico especialista em oliveiras, menciona que, predominantemente, há a falta de pessoas dispostas a morar e trabalhar no meio rural, o que pode se configurar em um obstáculo para o prosseguimento da produção, conforme pontua: “[...] hoje em dia tem muito déficit de mão de obra no campo, mão de obra contratada. E é um problema pra continuidade da produção, se os filhos não permanecem para ter continuidade” (Entrevistado 3, agente de desenvolvimento).

Evidencia-se como a mão de obra é fundamental no sistema de produção e como a sua ausência afeta significativamente a unidade produtiva pela falta de cuidado diário. Os sistemas agroecológicos e orgânicos são mais intensivos em mão de obra por não se pautarem em pacotes tecnológicos e na dependência de insumos externos à produção. Devido a isso, os sistemas produtivos requererem do agricultor maior atenção e cuidado com a plantação e,

quando não há integrantes familiares suficientes para auxiliar no processo produtivo, recorrem à contratação de mão de obra externa (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001). Porém, identificam-se alguns obstáculos, como a falta de mão de obra para trabalhar na capina e mão de obra qualificada para apoiar a produção (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a; PERON et al., 2018).

A terceira categoria associada às ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos em Santana do Livramento, relaciona-se à **falta de reconhecimento dos consumidores**, a qual aparece nos discursos de três dos nove entrevistados. Para dois agricultores, há pouco reconhecimento por parte do mercado consumidor em relação sistema de produção agroecológico e baixa aceitação da aparência do alimento, desvalorizando-o, conforme menciona o agricultor:

Eu vejo que tem pessoas que compram só pela beleza do produto e não levam em conta a qualidade, porque às vezes o produto nem tá tão bonito visualmente, mas é um produto orgânico, sem nada de químico, saudável e as pessoas não compram porque as folhas tão furadinhas, mas não se dão conta que as folhas têm furinhos porque não tem veneno, por isso que os bichinhos picam [...] tem muita desinformação aqui na cidade (Entrevistado 5, agricultor familiar).

O agente de desenvolvimento, técnico extensionista rural da EMATER, também percebe como um entrave para a consolidação da produção agroecológica no município, a carência de valorização do mercado consumidor local. Ao ressaltar que esse fator se relaciona ao baixo nível de conhecimento e interesse da população, em geral, sobre os alimentos produzidos no sistema, conforme destaca:

O principal entrave é não ter um mercado de consumidores local que valorize de forma efetiva essa produção. O público que procura por produtos orgânicos é uma pequena minoria, a pessoa precisa provar pra perceber a diferença no sabor, porque se falarem sobre saúde e questões ambientais, isso aí, é muito vago pra população. Não tem essa cultura de valorização, as pessoas realmente não sabem o que é o produto orgânico, produção agroecológica (Entrevistado 1, agente de desenvolvimento).

De acordo com Terra e Costa (2017), parcela significativa da população santanense desconhece a definição de alimento orgânico, bem como suas características e seus benefícios, ocorrendo algumas distorções acerca do assunto. Os autores destacam que, para os consumidores de alimentos orgânicos em Santana do Livramento, tanto o conceito quanto a motivação para a compra desse do alimento giram em torno da ausência da aplicação de agrotóxicos. Contudo, há uma tendência de modificação em função da necessidade das pessoas cultivarem hábitos mais saudáveis visando uma maior longevidade e alimentação sem contaminantes por resíduos químicos.

Para o outro agricultor, a falta de reconhecimento dos consumidores se vincula à ausência de clareza sobre o que é e como funciona uma unidade de produção familiar agroecológica. Devido a isso, por mais que o agricultor se considere como um produtor agroecológico, ele comercializa os seus produtos como orgânicos, posto que participa da Organização de Controle Social (OCS), a qual certifica a produção orgânica para a comercialização direta ao consumidor:

Sou agroecológico, na verdade, porque o orgânico é muito ligado a certificação em si, e como a gente trabalha com diversidade de plantas e todo esse estilo de vida também que envolve agroecologia, que preza pela nossa saúde primeiro de tudo e dos nossos clientes, então me identifico mais como agroecológico. Mas o problema que a gente enxerga, é que pra o consumidor se tu falar em agroecologia isso ainda é

muito novo. Na hora de vender a gente fala que é produtor orgânico pra eles, mas eu me considero agroecológico (Entrevistado 2, agricultor familiar).

Para Caporal e Costabeber (2004b), há equívocos conceituais, que podem prejudicar o avanço da agroecologia, especialmente em razão do reducionismo conceitual, tácito e estratégico embutido em alguns enfoques alternativos ao modelo convencional de agricultura. Na visão dos autores, a agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agricultura sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica para toda a sociedade. Assis e Romeiro (2002) esclarecem certos erros correntes sobre agroecologia e agricultura orgânica. Se por um lado o sistema orgânico de produção carrega a ênfase para um plantio mais saudável, sem a utilização de agrotóxicos. Os sistemas de produção agroecológicos apresentam um contexto mais amplo, pautado na diversificação alimentar, respeitando o perfil biológico de cada solo e bioma, fortalecendo e valorizando os saberes e as culturas locais, além de promover a agrobiodiversidade de maneira sistêmica e justiça social.

A quarta categoria referente às ameaças à produção familiar de alimentos agroecológicos em Santana do Livramento, relaciona-se aos **monocultivos que utilizam agrotóxicos**, a qual é relatada nos discursos de três dos nove entrevistados. Nesse sentido, agricultoras evidenciaram que, a produção agroecológica está em constante enfrentamento ao agronegócio baseado nos monocultivos e sem nenhuma força. Ainda relataram problemas em relação às monoculturas que empregam agrotóxicos, sobretudo, as plantações de soja, que estão cada vez mais próximas de suas produções, resultando em malefícios ao meio ambiente e à saúde:

O agronegócio, a soja vem espremendo quem quer trabalhar com agroecologia, e de que maneira? Eles usam veneno demais e a gente se sente esmagado, tem lavouras de soja perto do nosso assentamento e às vezes a noite, eles pulverizam o agrotóxico e a gente não consegue dormir por causa do cheiro no ar, de tanto veneno. A exposição é grandíssima, ninguém usa o equipamento adequado pra pulverizar e não é uma coisa que tu usa hoje e amanhã tu tá doente, é uma coisa a longo prazo, mas o pessoal não tá nem aí, é uma produção com um ganho ilusório, não entendem que tão se matando aos pouquinhos e destruindo tudo na volta inclusive a biodiversidade (Entrevistada 1, agricultora familiar).

Ratifica a problemática vivenciada pela agricultora, o relato da agente de desenvolvimento, presidente da Associação Santanense de Produtores de Hortifrutigranjeiros (ASPH). A agente destaca que, os manejos realizados na produção de soja para a manutenção da produtividade do grão (como o emprego de agrotóxicos e fertilizantes), apresentam-se como grandes obstáculos a serem superados, que se relaciona diretamente a políticas públicas, assistência técnica e extensão rural efetivas, ao mencionar que:

[...] a vinda da soja ocupando todas as áreas possíveis, os espaços, desprezando completamente a vida que ali existe, seja de humanos, de animais, ou qualquer outra vida que tem, ela vem chegando, devastando e vai entrando [...] no caso da pulverização do agrotóxico atingindo as áreas dos produtores orgânicos e agroecológicos, é uma grande ameaça [...] eu sempre digo, o problema não é a soja, é o manejo que é feito, eles não precisam fazer o manejo do solo, eles vão lá metem adubo químico, agrotóxico e tem o retorno [...] ela [*a soja*] existe, é uma realidade a gente tem que lidar [...] então tudo começa nas políticas públicas, na assistência técnica, na extensão rural (Entrevistada 2, agente de desenvolvimento).

O uso indiscriminado de agrotóxicos<sup>5</sup> pode acarretar inúmeros problemas para o meio ambiente como contaminação do ar, das águas e do solo, causando a morte de animais e

plantas. Essas substâncias podem se deslocar no ambiente através dos ventos e da água da chuva para locais distantes de onde foram aplicados, causando efeitos drásticos em espécies não alvo, afetando a biodiversidade, as redes alimentares e os ecossistemas aquáticos e terrestres (FERNANDES, 2019). Ainda segundo Caporal e Costabeber (2004b), há o consenso de que o atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável, dada sua dependência de recursos não renováveis e limitados. Ademais, o modelo tem sido responsável por crescentes danos ambientais e pelo aumento das diferenças socioeconômicas no meio rural.

A quinta categoria se relaciona à **precária situação das estradas rurais** no município, a qual aparece nos relatos de duas das nove entrevistadas. Nesse sentido, as agricultoras relataram que, historicamente, sofrem com problemas em relação à infraestrutura e condição das estradas, caracterizando a situação como um entrave para o deslocamento e para a comercialização da produção. “*Nosso maior gargalo é a estrada. Entra e sai governo e não muda nada, nunca mudou. Historicamente as estradas rurais são péssimas, quando chove não entra e nem sai carro, alaga e não conseguimos entregar o produto*” (Entrevistada 3, agricultora familiar).

Complementa a percepção da agricultora, a fala do agente de desenvolvimento, professor universitário (UERGS). O professor menciona que, as estradas rurais são o grande obstáculo vivenciado pelos agricultores familiares agroecológicos, residentes na zona rural do município, como pode ser observado no discurso:

A precariedade das estradas rurais do município para quem trabalha com produtos perecíveis, é um problema histórico que talvez tivesse uma solução, mas que precisaria de um grau de esforço maior inclusive extrapolando a própria ação da prefeitura local, que tem boa vontade, mas que não consegue dar conta do número de estradas que existem e também das dimensões que elas têm [...] infelizmente prejudica a qualidade no transporte desses gêneros perecíveis (Entrevistado 4, agente de desenvolvimento).

Conforme Ferron, Troian e Breitenbach (2021), apesar da evolução histórica no sentido de se reconhecer e valorizar a agricultura familiar em Santana do Livramento, alguns aspectos dificultam o desenvolvimento da categoria social no município, como as precárias condições das estradas rurais e sua manutenção ineficiente. Os autores destacam que, a distância do centro urbano e a precariedade das estradas podem dificultar o deslocamento dos agricultores familiares e a comercialização de seus produtos.

A sexta categoria se vincula à **falta de políticas públicas** para o aperfeiçoamento da produção, evidenciada nos relatos de duas dos nove entrevistados. Nos discursos as agricultoras ressaltam a falta de apoio financeiro para incrementarem as produções agroecológicas, ao passo que o sistema atual prioriza incentivar os monocultivos, como a soja, conforme menciona a agricultora:

Eu tenho uma caminhonete que eu uso pras entregas, que eu comprei com o meu dinheiro, precisei trabalhar do jeito que eu trabalhei e juntar do meu dinheiro pra comprar um carro pra trabalhar, pra mim isso é o cúmulo. Não tenho o mínimo de estímulo público, se tu produzir soja, capaz de arrumarem até a estrada pra ti, mas pra agricultora familiar, não (Entrevistada 9, agricultora familiar).

O entrave relatado pela agricultora é destaque no discurso do agente de desenvolvimento, secretário de agricultura. O qual reconhece que há maior incentivo de políticas de créditos aos monocultivos, principalmente a soja, por se tratar de uma *commodity* com preço valorizado no mercado internacional. Em função disso, admite que se torna mais onerosa a aquisição de incentivos públicos financeiros pelos agricultores familiares

agroecológicos. Ainda assim, destaca que há esforços no âmbito municipal para apoiar os agricultores, conforme pontua:

[...] vem evoluindo ao longo do tempo, claro que se tu for no banco e quiser um financiamento pra melhorias na tua produção e se tu plantar soja, provavelmente tu vai ter o recurso, porque é um negócio que está valorizado internacionalmente. Mas não quer dizer que o agricultor orgânico, agroecológico não vai obter, pode ser mais trabalhoso, mas há organismos no município como a própria secretaria municipal de agricultura, a EMATER estão dando apoio e se envolvendo em ações de incentivo e suporte aos agricultores (Entrevistado 5, agente de desenvolvimento).

Embora haja políticas e programas de incentivos para a agricultura familiar, como a linha de financiamento para custeio e investimentos na produção, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ainda existem carências no fomento de processos produtivos sustentáveis familiares. Dessa forma, o desafio passa pela conscientização do consumidor, do produtor e dos governos para que o abastecimento de alimentos seja realocado e descentralizado, passando a ocupar um lugar de maior destaque tanto nas políticas públicas, como na vida cotidiana dos cidadãos (MAAS; MALVESTITI; GONTIJO, 2020).

Segundo Darolt (2019), houve avanços no campo das políticas públicas com a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), visto que, políticas públicas de indução à transição agroecológica, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento rural e conservação da biodiversidade têm efeito nas diferentes dimensões (ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas). Por isso, as ações dos atores devem estar articuladas com os formuladores de políticas públicas para que o apoio à agroecologia seja permanente e continuado.

Por fim, a sétima categoria vinculada às ameaças à produção familiar agroecológica em Santana do Livramento, associa-se à **baixa valorização da produção de alimentos agroecológicos** por parte de uma significativa parcela da sociedade. Nesses termos, para os agricultores a desvalorização se relaciona à ausência de conhecimento da população sobre os benefícios do alimento orgânico, produzido de forma agroecológica, o que leva a depreciação da produção por parte de uma fração da sociedade que desconsidera a importância desse tipo de alimento, conforme o discurso:

Aqui na nossa cidade não tem valor pra nada disso, o valor aqui quem dá é quem gosta e que sabe o que é o produto orgânico, mas o resto do pessoal não. Tem um pessoal aí, que a gente fala que é produtor orgânico e dão risada. Falta de educação! Porque quem é que pega numa enxada hoje em dia? Tá difícil! Eu planto quase um hectare de mandioca e um hectare de feijão miúdo, tudo capinando, tudo limpo, eu que limpo e ainda tem um pessoal que não valoriza isso (Entrevistado 6, agricultor familiar).

O professor universitário também reconhece a baixa valorização da população santanense em relação à produção de alimentos no sistema agroecológico. Ainda assim, sinaliza que há uma evolução gradual e que uma parcela da população se preocupa com a qualidade nutricional e a procedência do alimento consumido. Contudo reconhece que a maioria da população não concede o devido valor e apreço a produção agroecológica familiar:

Tem vários agricultores que se tu fores perguntar se tem valorização a produção agroecológica no município, a grande maioria deles vão responder que não tem. Mesmo assim tem uma parcela que busca por uma alimentação mais saudável, mas boa parte da população desconsidera esse tipo de produção, não prioriza o consumo de alimentos orgânicos, por isso que, para boa parte dos agricultores, não há valorização (Entrevistado 4, agente de desenvolvimento).

O consumo de alimentos orgânicos se relaciona ao nível de escolaridade dos consumidores. Quanto maior o nível educacional, maior é a compreensão sobre os benefícios do alimento para a saúde humana e o meio ambiente (VASCONCELOS, 2018). Por isso, a ausência de conhecimentos e processos educativos, por vezes, tende a ser um obstáculo para a expansão dos sistemas de produção orgânicos e agroecológicos, que se relaciona à falta de valorização do produto, desestimulando os processos de certificação e validação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um dos principais exportadores de *commodities* agrícolas. Contudo, ao mesmo tempo em que o país se beneficia de supersafras e do aumento da produtividade da agricultura, parcela significativa da população brasileira convive com a fome e a insegurança alimentar. O modelo agroexportador é concentrador de terra e renda e não produz comida. A fome é derivada da exclusão de terra, de renda, do emprego, da educação, da cidadania e da vida. Destarte, a democratização de terras significa comida saudável na mesa das pessoas. Posto que, agricultores familiares agroecológicos cada vez com menos áreas fomentam práticas sustentáveis que ressignificam e revitalizam terras improdutivas, fornecendo alimentos variados e nutritivos.

O comer é cercado de significados que garantem uma identidade social, contudo o reconhecimento do alimento saudável e de quem o produz enfrenta crises. Ainda que a agricultura familiar agroecológica de Santana do Livramento contribua para a produção e abastecimento de alimentos saudáveis e sustentáveis, bem como para a manutenção da biodiversidade e qualidade de vida da população local, há significativos entraves vivenciados. As problemáticas elencadas evidenciam ameaças à sustentabilidade do sistema de produção. Visto que carecem de valorização e reconhecimento da sociedade, devido às suas contribuições para os níveis de saúde humana e para o fortalecimento dos agroecossistemas.

O sistema produtivo brasileiro, como no município em questão, caminha em via contrária à promoção de comida. Enquanto o mundo tem se preocupado com a fome, com a contaminação dos alimentos pelo uso de agentes químicos, com as emissões de gases de efeito estufa e seus efeitos para as mudanças climáticas visualiza-se a redução nos investimentos na produção de alimentos, liberação indiscriminada de agrotóxicos, aumento nos índices de desmatamento e a elevação da miséria e da fome.

Tanto em nível nacional quanto municipal, esforços precisam ser despendidos para romper com o paradigma da agricultura convencional, voltando-se para estratégias que revertam o sistema alimentar. Há necessidade de transformações nos sistemas agroalimentares: de orientações para a geração de lucros, para o fornecimento de alimentos que sustentem a vida. Assim, a preservação de sistemas produtivos de distribuição e consumo mais complexos, com bases sustentáveis, permitirá o suprimento das necessidades humanas em compromisso com o fornecimento de uma alimentação qualificada. Em outras palavras, o cerne essencial deve ser um sistema alimentar que produza alimentos que alimentem a população e que disponham práticas ambientais sustentáveis.

O país carece de políticas públicas para incentivar a produção e o abastecimento de alimentos de forma sustentável, bem como assistência técnica efetiva e próxima aos agricultores para auxiliar no processo produtivo e superar as adversidades. Somente assim, pode-se almejar caminhos para reverter o sistema agroalimentar da hegemonia dos monocultivos, em que se preferem *commodities* agrícolas e uma balança comercial favorável a acabar com a fome da população brasileira e promover a diversificação alimentar. Portanto, necessita-se de um Estado forte e atuante, capaz de colocar em prática políticas para que o

país alcance um estágio de segurança alimentar e nutricional. Por fim, urge a necessidade de se articular coletivamente uma sociedade inclusiva, solidária, agroecológica e nutrida.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

AMARAL, L. de S. Redes agroalimentares alternativas: um olhar sobre a central de comercialização da agricultura familiar e economia solidária no Rio Grande do Norte. **Revista Inter-Legere**, Natal, v. 4, n. 30, 2021.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. O papel da agricultura familiar na superação da crise atual. **Brasil debate**. (Site). Publicado em: 27 abr. 2021. Disponível em: <https://brasildebate.com.br/o-papel-da-agricultura-familiar-na-superacao-da-crise-atual/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 6, p. 67-80, 2002.

BARCELLOS, M. D. de. As contribuições da agricultura e da alimentação para a agenda 2030. In: PREISS, P.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Sistemas alimentares no século XXI: Debates Contemporâneos**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLAY-PALMER, A. et al. **Sustainable food system assessment: Lessons from global practice**. New York: Routledge, 2020.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 16, n. 3, p. 413-428, 2020.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, J. P. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004b.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Produção de grãos é estimada em 272,5 milhões de toneladas com clima favorável para as culturas de 2ª safra. **Portal do Governo Federal**. (Site). Publicado em: 07 jul. 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4684-producao-de-graos-e-estimada-em-272-5-milhoes-de-toneladas-com-clima-favoravel-para-as-culturas-de-2-safra>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CORRÊA, M. L. M. et al. Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1070-1083, 2019.

DAL SOGLIO, F. A agricultura moderna e o mito da produtividade. In: DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (Orgs.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

DAROLT, M. **Agroecologia**: definição, lições aprendidas e desafios. Observatório Brasileiro de Economia e Mercados Agroecológicos e Orgânicos.(Site). Publicado em: 09 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/obema/agroecologia-definicao-lico-es-aprendidas-e-desafios/>. Acesso em 02 mai. 2022.

DOWBOR, L. Fome, uma decisão política e corporativa. In: CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. P.(Orgs.). **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **O agro brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas, diz estudo da Embrapa**, 2021a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59784047/o-agro-brasileiro-alimenta-800-milhoes-de-pessoas-diz-estudo-da-embrapa>. Acesso em: 08 set. 2021.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja em números (safra 2020/21)**, 2021b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 09 set. 2021.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FERNANDES, A. C. S. de A. O pensamento agroecológico como quebra dos paradigmas da agricultura convencional: o crescimento do controle biológico no Brasil e o uso de defensivos químicos. **Revista Terra Mundus**, Buenos Aires, v. 6, n. 1, 2019.

FERNANDES, C. V. dos R.; MORALES, A. G.; LOURENZANI, A. E. B. S. Narrativas de agricultores familiares: dificuldades e motivações no sistema agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Curitiba, v. 16, n. 4, p. 305-319, 2021.

FERRON, J. da L.; TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Agricultura Familiar e Reprodução Social: Estratégias dos Assentados de Santana do Livramento/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 19, n. 57, 2021.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GRISA, C. et al. (Orgs.). **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. "Produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 9. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 2011.

HEYDT, D.; HOFF, D.N.; TROIAN, A. A Formação Econômica de Santana do Livramento/RS. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 2, n. 1, p. 32-54, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos, 2019. Disponível em:

[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html). Acesso em 23 jan. 2021.

MAAS, L.; MALVESTITI, R.; GONTIJO, L. A. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, 2020.

MACIEL, M. D. A. **Desenvolvimento sustentável e as práticas inovadoras da agricultura familiar**: O caso de Santana do Livramento/RS. 274f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, 2022.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; VASCONCELOS, S. de O. Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 31, n. 3, p. 23-41, 2022.

MALUF, R. Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659993>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Informações Técnicas**. Governo Federal, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PERON, C. C. et al. Produção orgânica: uma estratégia sustentável e competitiva para a agricultura familiar. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 21, n. 2, p. 104-127, 2018

PREISS, P.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Sistemas alimentares no século XXI**: Debates Contemporâneos. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

PESSÔA, J. R. **Gênero e educação**: a formação educacional para a igualdade de Gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

RASTOIN, J-L.; GHERSI, G. **Le système alimentaire mondial**. Concepts et méthodes, analyses et dynamiques. [S.l.]: Quae, p. 565, 2010.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

SABOURIN, E. Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil. In: GRISA, C. et al. **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n.2, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 117-149, 2000.

SWINBURN, B. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change. **The Lancet Commission report**. London, v. 393, ISSUE 10173, p. 791-846, 2019. Disponível em: <https://www.thelancet.com/commissions/global-syndemic>. Acesso em: 05 jul. 2022.

TERRA, S. B.; COSTA, J. E. L. da. Nível de informação e consumo da população sobre produtos orgânicos em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, v. 12, n. 2, p. 311-318, 2017.

VASCONCELOS, V. H. R. de. **Feiras agroecológicas da cidade de João Pessoa - Paraíba: caracterização de produtores e consumidores de alimentos orgânicos e sua relação com a gastronomia paraibana**. 75 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

VINUTO, J. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 201-218, 2014.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

WEBER, J.; SILVA, T. N. da. A Produção Orgânica no Brasil sob a Ótica do Desenvolvimento Sustentável. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 19, n. 54, p. 164-184, 2021.

---

<sup>1</sup> O Brasil volta ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, do qual havia saído em 2014.

<sup>2</sup> O estudo contém resultados parciais da pesquisa de mestrado da primeira autora. Ela foi realizada no âmbito do Círculo de Estudos em Desenvolvimento e Ruralidades (CEDER)/CNPq.

<sup>3</sup> Respeitando os protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a prevenção da COVID-19.

<sup>4</sup> Termo local utilizado para expressar a realização de trabalho temporário de baixa remuneração.

<sup>5</sup> O número quase quintuplicou entre 2005 e 2018, passando de 91 para 450 registros anuais no período. Em 2019, foram registrados 474 e no ano de 2020, 493 agrotóxicos, sendo o número o mais alto da série histórica, sinalizando um aumento vertiginoso de registros de agrotóxicos, pesticidas e substâncias tóxicas aprovadas (MAPA, 2021).